

UMA OFERTA URBANO-RURAL

***Roberto Rodrigues**

Falta menos de um mês para as eleições que definirão o rumo do Brasil no futuro imediato. O mercado vive uma ansiosa expectativa quanto ao que virá pela frente.

E a população se divide entre aqueles que estão perplexos ante as decisões judiciais quanto a alguns candidatos, aqueles que estão desanimados quanto à política em geral e por isso não encontram motivação para votar em ninguém, e aqueles que já tomaram a decisão em favor de candidato que despertou seu entusiasmo.

A campanha recém iniciada na mídia televisiva talvez produza ainda alguma mudança neste cenário tripartite, mas será um período relativamente curto desta vez, sem falar no fato de que muita, mas muita gente mesmo, muda de canal no horário gratuito porque não suporta as promessas repetitivas e parecidas. Todo mundo garante saúde, educação e segurança "de qualidade", sem dizer o que isso significa exatamente e nem como cumprir a promessa. Falta estratégia...

Nesse palco semi-iluminado, na semana passada os candidatos à Presidência da República que se dispuseram a um encontro com o campo receberam, na Confederação Nacional de Agricultura e Pecuária, um Plano de Estado diferente do que sempre aconteceu em eleições anteriores.

Diferente por duas razões: a primeira é que o Plano não serve para um governo apenas. Traz a proposta de transformar o Brasil no campeão mundial da segurança alimentar até 2030; portanto, alcança 3 mandatos governamentais normais. E a segunda é que não visa somente o agronegócio, mas sim o interesse de todos os brasileiros. Explica-se: para alcançar o objetivo proposto, o Plano parte da premissa de fazer as reformas que gerem a estabilidade fiscal e arrumem as contas públicas. Aí entram a reforma da Previdência, a Tributária e até a Política, além de outras legislações mais específicas. Só este ponto já brinda o interesse de todo mundo. E parte também de outra premissa, enunciada este ano pelo USDA (Departamento de Agricultura dos Estados Unidos), secundando estudos anteriores da OCDE/FAO, de que a oferta mundial de alimentos precisa crescer 20% em dez anos para que haja segurança alimentar global; e para que o mundo experimente esse aumento, o Brasil tem que ampliar sua oferta em 41%.

Mas tem muito mais: cuida da segurança jurídica que ofereça garantias de retorno aos investidores, urbanos e rurais, propõe políticas essenciais para o avanço das empresas urbanas produtores de insumos e serviços para as cadeias produtivas globais. E neste capítulo estão tratados temas de interesse geral como a questão sanitária e a de desperdícios e perdas. Prevê investimento em inovação tecnológica, em logística e infraestrutura, em políticas securitárias, em formação de recursos humanos, em energias renováveis, em comércio internacional, em organização social, e, sobretudo, em sustentabilidade, fator hoje indissociável da competitividade.

Está claro que a transversalidade desse temário amplo interessa a lideranças de instituições da cidade e do campo. Não é por outra razão que, em parceria inédita na história recente, juntaram-se para gerar o Plano entidades dos 2 setores: de um lado a CNA, com seu amplo conselho de instituições de representação do agro; de outro lado a FIESP, a defesa da indústria, ouvidos os sindicatos ligados às cadeias de valor. Ainda se somaram ao patrocínio do trabalho a OCB, que atua igualmente na cidade e no campo e a ÚNICA, representante da energia renovável que serve a todos os cidadãos. A academia participou dos estudos, a partir da Cátedra do Agronegócio criada pela USP.

É um Plano realmente inovador que agrega outro ponto relevante: a falta de líderes globais inibe projetos igualmente globais. E as escaramuças do governo americano podem piorar ainda mais essa inibição. Um programa que produza segurança alimentar mundial é também um programa que interessa a todos os países, pela já conhecida ligação desse tema com a paz: não existe paz onde houver fome. Em outras palavras, este Plano é uma oferta urbano-rural para os futuros governos brasileiros liderarem uma proposta de interesse universal, dando um rumo em direção à Paz.

Todo candidato à Presidência da República deve assumir esse compromisso que transformaria o Brasil num player respeitável em todo o planeta. E os benéficos dele advindos para todos os cidadãos poderia ser uma motivação para os eleitores cobrarem posicionamento de seus candidatos.

***Coordena o Centro de Agronegócios da Fundação Getúlio Vargas, é Titular da Cátedra de Agronegócios da ESALQ USP, foi ministro da Agricultura e escreve neste espaço todo segundo domingo do mês.**